



1
20

Assembleia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria

EDITAL 79 / 2014

MOÇÃO

OE2015 – A CONTINUAÇÃO DA AUSTERIDADE

Foi aprovado na Assembleia da República o OE 2015 apenas com os votos favoráveis dos partidos do Governo, mesmo assim, com 4 votos contra do PSD Madeira e a abstenção de um deputado do CDS/PP, situação esclarecedora de que nem mesmo nos partidos que sustentam o Governo existe concordância quanto a este Orçamento de Estado.

Trata-se de um Orçamento que para além de procurar esconder o agravamento do endividamento, da dependência do País e da perda de soberania económica, tem ainda várias outras questões que conduzem ao seu repúdio, nomeadamente:

- Mantém e confirma o assalto aos salários, pensões e reformas;
- Promove o desemprego e a precariedade designadamente na Administração Pública;
- Prossegue a asfixia financeira e o desmantelamento das funções sociais do Estado (na Saúde, Educação e Segurança Social) e dos serviços públicos, pondo em causa direitos constitucionalmente consagrados;
- Acentua o ataque ao Poder Local Democrático e à sua autonomia;
- Prossegue uma política fiscal assente na insuportável tributação sobre os trabalhadores e outras camadas não – monopolistas, a par de uma escandalosa protecção ao grande capital, a lucros e dividendos, à especulação financeira, de que é exemplo a desastrosa gestão de problemas do BES e a criação do Novo Banco, sendo cada vez mais desigual a distribuição da carga fiscal entre trabalho e capital;
- Consagra a criminosa e continuada política da alienação de empresas e sectores estratégicos, com a intenção de novas privatizações ou concessões, limpando-as das dívidas que ficam para todos pagarmos através do OE, acrescentando-se agora a TAP a Transtejo e a Soflusa ao já extenso rol de privatizações e /ou concessões;
- Mantém os cortes que podem ir até aos 60% para os trabalhadores da Administração Pública empurrados para a chamada requalificação, tendo no horizonte o seu despedimento, como é exemplo o anunciado despedimento de 64 trabalhadores da Segurança Social no Distrito de Setúbal;
- Insiste nos cortes nos suplementos remuneratórios, na intenção de destruição de mais 12.000 postos de trabalho na Administração Pública, na renovação dos cortes no subsídio de refeição, das ajudas de custo, do trabalho suplementar e do trabalho nocturno e no aumento dos descontos para ADSE;

- Impõe novas medidas de estrangulamento financeiro e desmantelamento dos serviços públicos e das funções sociais do Estado encerrando serviços públicos, transferindo-os para autarquias ou entregando-os a privados;
- Impõe cortes de 8,3% nos orçamentos da educação e ensino superior, de 0,1% nos serviços públicos de saúde, de 1,4% na Solidariedade, Emprego e Segurança Social, aumentando no entanto as verbas para os negócios privados feitos com dinheiros públicos do OE.

Muito maior é a lista mas, contudo, estes exemplos são suficientes para demonstrar como os sacrifícios impostos aos trabalhadores e ao povo em nome das imposições da União Europeia, do equilíbrio das contas públicas ou com a justificação das dificuldades económicas contrastam, com a manutenção dos benefícios ao capital e é exemplo flagrante da natureza de classe da política do Governo, quando se compara por exemplo o corte nas prestações sociais (com a imposição de um tecto máximo) e a contribuição sobre a banca.

Sobre a fiscalidade verde e contrariamente ao que diz o Governo de que “a fiscalidade verde traduz objectivos/preocupações ambientais”, a verdade é que o ambiente é utilizado como desculpa para garantir a aceitação do aumento generalizado de impostos indirectos, além de que com a substituição de impostos directos por impostos indirectos se agravam as injustiças fiscais que resultam do facto de o peso dos impostos sobre o consumo ser maior nos rendimentos das famílias mais pobres.

Para o Poder Local este é um Orçamento que mais uma vez irá violar a Lei das Finanças Locais, em que os municípios da Área Metropolitana de Lisboa vêem o Fundo de Estruturação Financeira ser reduzido em 15 milhões de euros e em que Almada vê ser-lhe retirados directamente quase 1,7 milhões de euros, a que acrescem 625 mil euros do Fundo de Apoio Municipal e a retenção de 786 mil euros também do Fundo de Apoio Municipal, num total de cerca de 3 milhões e cem mil euros.

Cenário idêntico ocorre com as Freguesias que, mais um ano, não verão cumprida a Lei das Finanças Locais, situação que, obviamente, vai limitar a sua capacidade de intervenção junto das populações, tendo ainda em conta o aumento dos encargos e novas competências decorrentes da agregação de freguesias.

Um traço geral deste Orçamento de Estado é o de manter em vigor e em alguns casos perpetuar todas as medidas de natureza transitória decorrentes do Pacto de Agressão que terminou em maio de 2014.

Em suma, o que esta proposta de Orçamento do Estado para 2015 confirma é a falta de vontade do Governo em resolver os graves problemas nacionais com que estamos confrontados insistindo na política de direita que nos conduziu à situação que vivemos, quando o que é necessário é a ruptura com a política de direita e construção de uma política alternativa verdadeiramente ao serviço do povo e do País.

Por tudo isto, a Assembleia da União das Freguesias da Caparica e Trafaria, reunida ordinariamente no dia 16 de Dezembro de 2014 delibera:

1. Repudiar este Orçamento de Estado, que configura mais uma afronta ao povo e que põe em causa mais uma vez o Estado Social consagrado na Constituição da República Portuguesa;
2. Protestar contra a destruição do emprego público e dos serviços públicos;
3. Protestar contra a cada vez maior degradação das condições de trabalho, em especial dos trabalhadores das autarquias, solidarizando-se com a sua luta;
4. Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República que a faça cumprir;
5. Exigir que o Estado cumpra as suas responsabilidades constitucionais na área da saúde, educação e protecção social, de modo a responder integralmente às necessidades e carências da população.

Para conhecimento geral se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

Caparica, 31 de dezembro de 2014

A Presidente


(Maria Evangelina Matos Pereira)